

HABEAS CORPUS CRIMINAL n.8051573-86.2024.8.05.0000 SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – 2ª TURMA PACIENTE: IMPETRANTE: (OAB/BA 47506-A) IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DA COMARCA DE SALVADOR PROCURADORA DE JUSTIÇA: RELATOR: , ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS. OPERAÇÃO HÉGIRA. PRISÃO DECRETADA UTILIZANDO O ARGUMENTO DE QUE O REQUERENTE NÃO POSSUÍA RESIDÊNCIA FIXA, SENDO A SUA PRISÃO IMPRESCINDÍVEL PARA A CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES. INFORMES JUDICIAIS APONTANDO QUE O PACIENTE É ACUSADO COM OUTROS 36 COACUSADOS, OS QUAIS CONSTITUEM, EM TESE, UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA PARA PRÁTICA DE NARCOTRÁFICO NA ORLA DA BARRA E CENTRO DA CIDADE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE E DEMAIS SUSPEITOS ACUSADOS DE PARTICIPAR DE ORCRIM. DECRETO DE PRISÃO TEMPORÁRIA EXPEDIDO EM 13/05/2024, AINDA NÃO CUMPRIDO (PACIENTE FORAGIDO) CONSOANTE INFORMES JUDICIAIS PRESTADOS EM 23/08/2024. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS ATRIBUÍDOS AO PACIENTE, ALÉM DA SUA PERICULOSIDADE E VISANDO A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA EM CONFORMIDADE COM MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL. ACÓRDÃO VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 8051573-86.2024.8.05.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM, à unanimidade de votos, os Desembargadores componentes da SEGUNDA TURMA JULGADORA da SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Sr. relator. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 19 de Setembro de 2024. RELATÓRIO , advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 47506, com fundamento no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal, impetrou ordem de HABEAS CORPUS em favor de , apontando como autoridade coatora o MM. Juízo da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa De Salvador, pelos motivos e fatos a seguir aduzidos. Diz que em 15/05/2024, o Delegado de Polícia representou pela prisão temporária do Paciente, alegando que este vem sendo investigado pela prática de crimes de Roubo, Associação criminosa, Tráfico de Drogas, em razão da Operação Hégira, utilizando o argumento de que o requerente se não possuía residência fixa, sendo a sua prisão imprescindível para a conclusão das investigações. Assevera que o magistrado decretou a prisão temporária do Requerente, pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogável se persistissem os motivos que levaram à sua decretação. Salaria que o acusado no momento que os policiais estiveram na residência de sua ex-mulher, estava trabalhando, e após o ocorrido, tomou conhecimento de determinados fatos por familiares de alguns dos envolvidos presos, que a polícia estaria associando seu nome, “com alguns vulgos” que em nada se correlacionam com o acusado, ressaltando que as informações são falsas. Alega a ausência dos requisitos autorizadores da constrição cautelar, e por fim, pugna pela concessão da ordem de habeas corpus com revogação da prisão preventiva, e aplicação de qualquer das medidas cautelares diversas de prisão previstas no art. 319 do CPP. Juntou documentos que entendeu necessários. Distribuídos, coube-me a relatoria por prevenção ao HC nº 8035354-95.2024.8.05.0000. O pedido liminar restou indeferido vide Id. 67624459. Solicitadas as informações ao juízo de origem, estas aportaram conforme Id. 68094669. Instada a manifestar-se, a ilustre Procuradora de Justiça, Bela. , lançou Parecer opinando pelo conhecimento e denegação do writ. É o relatório. VOTO Como visto, o Impetrante ingressou com o presente writ em favor de , alegando a ausência dos requisitos autorizadores da constrição cautelar, razão pela qual pugna

pela concessão da ordem de habeas corpus com revogação da prisão, e aplicação de qualquer das medidas cautelares diversas de prisão previstas no art. 319 do CPP. Em que pese as alegações suscitadas no writ, estas não merecem prosperar. Consoante os informes judiciais prestados em 23/08/2024 (Id. 68094669): “Em atendimento à decisão proferida por Vossa Excelência nos autos do Habeas Corpus de nº 8051573- 86.2024.8.05.0001, tendo como paciente (vulgo “PLAYBOY”), relativo ao processo deste juízo de nº 8046757-58.2024.8.05.0001, venho prestar as informações requisitadas. Conforme se verifica da petição inicial de ID 439327765, trata-se de representação por prisão temporária e busca e apreensão formulado pela Polícia Civil do Estado da Bahia, com parecer favorável dos Promotores de Justiça atuantes no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais – GAECO – no ID 441602214, em desfavor do paciente e mais 36 co-acusados, os quais constituem, em tese, uma organização criminosa voltada para prática de narcotráfico na orla da Barra e centro da cidade. Extraí-se da prova indiciária que arrimou a representação que o paciente integra o grupo criminoso, exercendo a função de comercializar droga para o consumidor final na Barra, fato esse corroborado pela sua prisão em 07/02/2024 na Avenida 07 de Setembro de posse de quantidade de droga para venda na companhia do também investigado. Vislumbra-se, ainda, do exame dos autos, que a representação foi deferida por este juízo especializado em 13/05/2024, conforme decisor de ID 443853680, oportunidade em que foram decretadas as prisões temporárias dos suspeitos, a exemplo da do paciente, além de deferida a medida de busca e apreensão. Conforme se percebe dos autos da cautelar supramencionada, a prisão do paciente fora decretada no dia em 13/05/2024, não tendo sido cumprida até o presente momento (grifo nosso). (...)”

Concernente à suposta ilegalidade do decreto de constrição cautelar, vale salientar que consoante informes judiciais prestados em 23/08/2024, a prisão do paciente ainda não foi efetivada. De acordo com a decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão temporária em 12/07/24, o magistrado justificou a necessidade de manutenção da constrição cautelar, vejamos (Id. 67604626): “(...) Compulsando os autos, vê-se que a prisão temporária do requerente foi decretada no dia 13/05/2024 nos autos da representação nº 8046757-58.2024.8.05.0001, não tendo sido cumprida até a presente data. Segundo a prova indiciária, a qual arrima a representação, vulgo “PLAYBOY” exerceria a função de comercializar droga para o consumidor final na Barra. Os bons antecedentes e a residência fixa não bastam para afastar a prisão temporária, se demonstrada a necessidade da medida, bem como o perigo para a ordem pública, como demonstrado restou. A prisão temporária, tem por escopo possibilitar a apuração de crimes graves “quando imprescindível para as investigações no inquérito policial” (art. 1º, inciso I, da Lei nº 7.960/89); ou “quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identificação” (inciso II, do mesmo dispositivo); ou quando houver fundadas razões apontando a autoria ou participação do indiciado no (s) delito (s) elencados casuisticamente nas alíneas do inciso III, do mesmo artigo, entre eles o crime de tráfico de drogas. Note-se que conforme documentos acostados aos autos, notadamente o conteúdo das interceptações telefônicas captadas, é possível notar a participação do requerente nas supostas práticas delitivas descritas pela autoridade policial, sendo ela tráfico de drogas em sede de organização criminosa, configurando-se uma das hipóteses para a imposição da medida cautelar. Ademais, verifico que nenhum fato novo relevante foi colacionado que venha demonstrar a

desnecessidade da medida prisional imposta, a qual foi prorrogada por mais 30 dias conforme decisão de ID 449706234, estando a cautelar vigorando até a presente data. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado". Desse modo, consigno que a decisão ora hostilizada restou justificada diante da periculosidade do paciente, visando a garantia da ordem pública e diante da gravidade concreta das condutas que lhes foram apontadas, ressaltando inclusive que apesar de decretada a prisão desde maio deste, esta não foi cumprida, e como bem salientou a douta Procuradora de Justiça, "(...) o mandado de prisão expedido em desfavor do Paciente persiste sem cumprimento até o exato momento, sendo considerado, portanto, foragido, situação que demonstra seu descompromisso com a justiça e sinaliza sua periculosidade social, justificando, por si só, o encarceramento cautelar, maior rigor na condução do feito e a apuração devida dos fatos (...)"

Convém registrar que o Paciente e outros coacusados, em tese, participam de uma organização criminosa voltada para prática de narcotráfico na orla da Barra e centro da cidade, a demonstrar a magnitude do grupo criminoso em questão. Tais circunstâncias sinalizam a periculosidade social do Paciente, recomendando maior rigor e a apuração devida dos fatos. A propósito: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. "Constitui fundamentação idônea para determinar a custódia cautelar a gravidade da conduta e a periculosidade do agente extraídas do modus operandi empregado na prática delitiva" (AgRg no RHC n. 149.149/RJ, relator Ministro , Sexta Turma, julgado em 28/9/2021, DJe de 30/9/2021.). (...) 3. "Demonstrada a necessidade concreta da custódia provisória, a bem do resguardo da ordem pública, as medidas cautelares alternativas à prisão, introduzidas pela Lei n. 12.403/2011, não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e à repressão do crime" (HC 261.128/SP, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 23/4/2013, DJe 29/4/2013). 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 768.237/SC, relator Ministro (Desembargador Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 13/3/2023, DJe de 16/3/2023.) De outro vértice, verificando a presença dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, não há como prosperar o pleito de substituição por medidas cautelares diversas da prisão, vez que o perigo concreto que a liberdade do Paciente, apontado como codenunciado em organização criminosa voltada a prática de tráfico de drogas, representa para a coletividade, porque, solto, os estímulos à criminalidade podem ser mais latentes. Importante ressaltar que condições pessoais favoráveis do paciente (primariedade, residência fixa e trabalho), não impossibilitam a decretação da prisão se presentes os requisitos do artigo 312 do CPP. A jurisprudência pátria é uníssona no sentido de que não há constrangimento ilegal na ordem de prisão temporária quando estão presentes os requisitos para a sua decretação, consubstanciados na imprescindibilidade da segregação para a apuração do delito e nas fundadas razões acerca da possível participação do agente no crime, mutatis mutandis, vejamos: HABEAS CORPUS – DECRETO DE PRISÃO TEMPORÁRIA – HOMICÍDIO DOLOSO – FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DECRETOU A TEMPORÁRIA – INOCORRÊNCIA – FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – ORDEM DENEGADA. 1) Não se vislumbra neste momento qualquer irregularidade na decisão que decretou a temporária do ora paciente, destacando que a fundamentação se de forma adequada a necessidade da segregação. Ora, sem a pretensão de se adentrar ao mérito da causa, bem como de revolver as provas dos autos, o que é incabível nesta sede, impende consignar que o crime imputado ao paciente revela-se

de elevada gravidade concreta, expondo, em tese, alta periculosidade do acusado, eis cuidar-se de homicídio doloso. Assim sendo, a constrição provisória do paciente, ao menos nesta etapa, se justifica em razão da gravidade concreta do delito apurado. 2) ORDEM DENEGADA. (TJES, HC 00115884920168080000, Segunda Câmara Criminal, Rel. , Data de julgamento, 22/06/2016, Publicado em 01/07/2016) Como visto, a custódia cautelar mostrou-se devidamente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, e visando aplicação da lei penal, dada a manifesta periculosidade social do paciente. Por fim, não se pode olvidar que embora o art. 319, do CPP, preveja a aplicação de medidas cautelares em substituição à prisão preventiva, a análise do caso concreto não recomenda que as mesmas sejam utilizadas quando, em se considerando a periculosidade do paciente, essas não se revelarem suficientes para assegurar, de forma eficaz, a ordem pública. Diante de tais circunstâncias, não se vislumbra ocorrência de coação ilegal do paciente, que mereça reparação por este remédio constitucional, razão pela qual, em consonância com o parecer ministerial, denega-se a ordem. Sala das Sessões, data registrada no sistema Des. 2ª Turma Relator